

As possíveis mudanças na PEC da Segurança

Especialistas apontam onde texto poderá vir a ser alterado

Por Karoline Cavalcante

Diante das declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que já sinaliza alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, o Correio da Manhã ouviu especialistas para entender quais pontos devem ser alvo de mudanças. Ao longo da semana, Motta fez um apelo aos parlamentares para que o debate sobre o tema não seja politizado, classificando a medida como “urgente para os brasileiros”.

“A Câmara vai alterar a PEC da Segurança. É um direito do Executivo encaminhar uma proposta de emenda constitucional e direito do Congresso alterá-la. O único apelo que faço é que a gente não permita a politização da discussão. Quando nós politizamos, estamos dizendo que essa pauta vai sofrer uma grande intervenção para que ela não prospere”, afirmou em publicação na rede social X (antigo Twitter), na última terça-feira (29).

Para o especialista em segurança pública Júlio Hott, as alterações devem ser pontuais. Segundo ele, o texto já foi construído com base em acordos com os governadores, preservando pontos sensíveis, como a autoridade dos estados sobre as polícias. Hott destaca que a proposta cria um sistema unificado de segurança pública, com padronização de protocolos, integração entre forças policiais e maior articulação entre União e estados — tudo isso sem interferir na hierarquia estadual.

Na avaliação de Hott, a iniciativa representa um avanço na modernização do sistema e



Lewandowski é o autor da PEC, que cria sistema único de segurança

deve ter boa receptividade no Congresso. “Ela atende ao aspecto de modernização e avanço tecnológico na integração de todas as polícias no sistema nacional, o que certamente vai contribuir no combate à criminalidade”, explicou.

Resistência

Já o especialista internacional em segurança pública, Leonardo Santana, considera que alguns dispositivos da PEC podem gerar resistência no Congresso. Ele destaca que a tentativa de constitucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), já previsto em lei desde 2018, reacende debates sobre a execução prática da integração. “O problema não é que as forças de segurança não estejam integradas e seja preciso uma nova lei, mas sim que essa integração não é executada de forma efetiva”, declarou.

Santana destaca inclusive que representantes das categorias de segurança pública —

como policiais civis, militares, federais e peritos — relatam não terem sido ouvidos na formulação do texto, deixando de fora questões como o adoecimento físico e mental dos profissionais e melhores condições de trabalho ficaram de fora do debate.

O especialista apontou ainda que existem dúvidas sobre a eficácia da gestão unificada dos fundos de segurança, uma vez que governadores temem que a centralização dos recursos dificulte a agilidade na aplicação dos investimentos.

Por fim, destacou que o Congresso provavelmente cobrará maior clareza sobre os ganhos práticos da proposta, já que medidas como o compartilhamento de dados entre polícias já existem em outras normas, mas ainda enfrentam dificuldades de execução. “Não houve aquela inovação. As coisas estão se repetindo, e isso foi muito levantado nas discussões, principalmente entre os governadores”, concluiu.

A PEC

Segundo o texto entregue oficialmente pelo governo federal em 23 de abril, a PEC da Segurança Pública propõe dar status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp), promovendo integração entre as forças federais, estaduais e municipais.

Inspirada nos modelos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do sistema educacional, a medida busca padronizar dados, protocolos e diretrizes, enfrentando a fragmentação institucional.

Entre os principais pontos estão a criação de ouvidorias e corregedorias autônomas, a constitucionalização dos fundos de segurança e penitenciário — para garantir repasses contínuos —, a ampliação das competências da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e a inclusão das Guardas Municipais no sistema.

Com ausência de Lula, 1º de Maio tem festa esvaziada

Por Rudolfo Lago

Durante os 45 anos de existência do PT, as festas de Primeiro Dia, o Dia do Trabalhador, sempre tiveram a presença do principal líder do partido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta quinta-feira (1), porém, isso não aconteceu.

Fustigado com problemas de popularidade, numa semana de crise para o governo, que envolve exatamente interesses de trabalhadores, Lula não compareceu aos festejos programados para celebrar o dia daquele que está na própria sigla do seu partido, o trabalhador.

INSS

O governo tenta, no momento, reduzir os desgastes com as investigações da Polícia Federal que apontam para fraudes e desvios de descontos em folha de sindicatos de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desde 2019, mais de R\$ 6 bilhões teriam sido descontados de aposentados nessas folhas. Nem todo esse dinheiro, diz a investigação, seria desconto irregular. Mas é dentro desse montante que a irregularidade aconteceu. Envolvendo 207 inquéritos policiais, 192 mandados de prisão e 701 mandados de busca e apreensão.

Por conta da operação, o agora ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto foi demitido. Mas a sangria contra o



Baixa presença no ano passado foi um dos fatores

governo não estancou. O ministro da Previdência, Carlos Lupi, tem sido acusado de ter demorado para agir contra as fraudes, das quais já teria conhecimento desde 2023. E a oposição protocolou um pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso.

Lula, então, temeu ser instado a falar sobre a fraude no discurso que fizesse na festa. Pesou também na decisão o fato de ter sido esvaziada a festa de Primeiro de Maio do ano passado. Em 2023, o presidente foi a um ato público no estacionamento do estádio do Corinthians, em

Itaquera, bairro de São Paulo, do qual compareceram somente cerca de 1,6 mil pessoas. Na ocasião, Lula reclamou do pequeno número e da organização do evento.

Em um momento de baixa popularidade, com uma crise que envolve trabalhadores, o governo e o PT avaliaram que a presença de Lula em um evento com pouco público acabaria explorada pela oposição.

Vídeo

Lula, então, optou por uma declaração em vídeo. Divulgada na quarta-feira (30), ela se centra especialmente no apoio

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Fernando Collor assinou lei que permitiu descontos

INSS: lei que permitiu fraudes uniu governos e partidos

A permissão para que o INSS descontasse mensalidades para entidades conveniadas é resultado de medidas tomadas em diferentes governos e respaldadas pelo Congresso. A autorização para a moradia em aposentadorias e pensões começou em 1991, em lei aprovada pelo Legislativo e sacionada pelo presidente Fernando Collor de Mello e por seu ministro do Trabalho, An-

tônio Rogério Magri, ex-sindicalista. A lei previa o desconto na fonte de “mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados”. Em 2019, medida provisória do presidente Jair Bolsonaro (então no PSL) determinou que o desconto deveria ser revalidado anualmente.

PT, PL, PSDB...

No Congresso, parlamentares de diferentes partidos — PT, PR (hoje, PL), Solidariedade MDB, PSDB e PCdoB e PSB — apresentaram emendas à MP para revogar a exigência de revalidação anual. A medida, para eles, só deveria ocorrer a cada três ou cinco anos.

Autonomia

As emendas seguiam basicamente o mesmo roteiro e, muitas vezes, repetiam o texto. Os parlamentares alegavam que a Constituição garantira a autonomia e independência das entidades associativas, que não cabia ao Estado interferir em seu funcionamento.



Paulinho da Força foi um dos que amenizaram texto

Lista inclui parlamentares ligados a sindicatos

Na análise da tramitação da MP, a coluna encontrou, pelo menos, sete parlamentares do PT que assinaram emendas que amenizavam a exigência. A lista inclui deputados como Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (Solidariedade-SP), e Luiz Carlos Motta (PL-SP). Ambos têm carreiras ligadas ao sindicalismo — Motta é

presidente da Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo. Então deputado, Vilson da Fetaemg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), do PSB, foi outro que assinou emenda contra a exigência. Ele preside a Fetaegm, ligada à Contag, uma das entidades suspeitas de fraude.

Prazo esticado

Ao votar a MP, ainda em 2019, o Congresso determinou que a revalidação passasse a ocorrer a cada três anos, o que foi sancionado por Bolsonaro. Em 2021, ele assinou outra lei, que estabeleceu que o presidente do INSS poderia prorrogar a autorização por mais um ano.

Roubou, pagou

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) diz que a CPI que a oposição quer criar para investigar as fraudes no INSS é para apurar ilegalidades cometidas em qualquer período, independentemente de governos. “Quem roubou, tem que pagar”, diz.

Fim da exigência

Em 2022, outra lei assinada por Bolsonaro revogou qualquer exigência de revalidação das autorizações para descontos que beneficiavam as tais entidades. No fim das contas, empurrada por diferentes barrigas, a necessidade de confirmação dos descontos nunca foi aplicada.

CPMI

De acordo com ele, na próxima semana será possível obter, na Câmara, o número de assinaturas necessário para a criação de uma comissão mista, com a participação também de senadores. A CPMI driblaria a fila de CPIs existente na Câmara e seria implantada logo.